



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/07/2014



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. POSSE.....	3 - 4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	7
4.2. PRESIDÊNCIA.....	8 - 10
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	11 - 12
5.2. JUÍZES.....	13 - 14
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JUÍZES.....	15
6.2. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	16
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DECISÕES.....	17
7.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	18
7.3. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	19
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	20
8.2. COMARCAS.....	21
8.3. JUÍZES.....	22
8.4. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	23
8.5. POSSE.....	24
8.6. PRESIDÊNCIA.....	25
8.7. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	26
8.8. VARAS CRIMINAIS.....	27
8.9. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	28

TJMA define cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico

O Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), por meio da Portaria 525/2014, assinada pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, definiu o cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para 2014, no âmbito da jurisdição de 1º grau.

Conforme a Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a implantação está prevista para iniciar no dia 24 de setembro, na Turma Recursal de São Luís, e nos 1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís, encerrando em 24 de novembro, na Turma Recursal e Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, e na Turma Recursal de Chapadinha, totalizando 36 unidades jurisdicionais.

A tramitação do processo judicial, a prática de atos processuais e sua representação por meio eletrônico serão realizadas obrigatoriamente por intermédio do Processo Eletrônico (PJe), inicialmente com as competências de natureza cível.

Nas mencionadas unidades jurisdicionais, haverá migração dos processos que tramitam no sistema PROJUDI para o PJe, tão logo o Conselho Nacional de Justiça disponibilize a aplicação informatizada testada e homologada para a transferência integral do conteúdo desses autos digitais.

No âmbito do Poder Judiciário do Estado, o projeto é gerido por um comitê de Implantação, sob a coordenação geral do juiz Roberto Abreu com o apoio tecnológico da Diretoria de

Informática.

“A implantação do PJe foi iniciada no Juizado Especial da Fazenda Pública, no mês de outubro de 2013. A meta é concluir a instalação nos demais órgãos de 1º e 2º graus até o mês de dezembro de 2017, com a substituição do suporte físico pelo meio eletrônico, de modo a usufruir de todos os benefícios decorrentes da utilização dessa tecnologia”, informa o juiz Roberto Abreu.

De acordo com o diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira, para acompanhar esse desafio, o Judiciário maranhense fará grandes investimentos em tecnologia até 2017. “Os investimentos incluem a ampliação do Datacenter e dos links de internet que interligam cada unidade ao

servidor principal, além da aquisição de novos equipamentos, treinamento de magistrados e servidores, reformas e aparelhamento de unidades judiciais no interior do Estado”, explica.

O Processo Judicial Eletrônico é um sistema desenvolvido para a automação do Judiciário. O objetivo principal é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho. Em nível nacional, ele é coordenado pelo CNJ, sendo atualmente o maior projeto do Poder Judiciário.

TJMA está entre os tribunais em dia com cumprimento de metas nacionais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) é um dos 41 tribunais brasileiros em dia com o lançamento de dados no Sistema de Metas Nacionais do Poder Judiciário em 2014. As informações foram divulgadas pelo Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no site do órgão.

De acordo com o informado, apenas 45% dos 91 tribunais do país estão dentro do prazo de lançamento de dados sobre o cumprimento das seis metas escolhidas durante o 7º Encontro Nacional do Judiciário, em novembro do ano passado, em Belém.

O primeiro relatório parcial do cumprimento das metas será divulgado

pelo CNJ agora em julho, com números relativos ao primeiro quadrimestre do ano. Os dados devem ser lançados mensalmente pelos tribunais no Sistema, do 1º ao 18º dia útil do mês seguinte ao do cumprimento.

O abastecimento de dados possibilita ao CNJ acompanhar e aferir o cumprimento, com geração de relatórios estatísticos.

Dos 41 tribunais que têm cumprido os prazos estipulados pelo Conselho, há nove estaduais, dentre eles o do Maranhão, outros nove tribunais regionais do trabalho, 18 regionais eleitorais e três tribunais da Justiça Militar, além do Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Regional Fede-

ral da 4ª Região.

As metas nacionais de 2014 têm em comum a busca pela oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática, além de objetivos específicos.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - Em sessão administrativa do Órgão Especial do TJMA nesta quarta-feira (3) o desembargador Marcelo Carvalho Silva atribuiu ao esforço e compromisso da presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, o bom desempenho da Justiça maranhense no levantamento do CNJ, que coloca o Tribunal de Justiça em posição de destaque no cumprimento de metas nacionais.

Presidente do TJMA empossa juizes promovidos na sessão administrativa da Corte

Pág. 5

Presidente do TJMA empossa juízes promovidos na sessão administrativa da Corte



A posse ocorreu no gabinete da Presidência

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, deu posse a quatro juízes de direito promovidos na sessão administrativa desta quarta-feira (2).

Promovidos por me-

recimento, tomaram posse os juízes Frederico Feitosa de Oliveira (Arari), na 2ª vara da comarca de Estreito e Duarte Henrique Ribeiro de Souza (Matinha) - representado pelo juiz auxiliar da presidência José Nilo Ri-

beiro Filho -, na 1ª vara da comarca de Buriticupu.

Promovidos por antiguidade, tomaram posse os juízes Rômulo Lago e Cruz (Esperantinópolis), na 1ª vara da comarca de Maraçumé e Vanessa Ferreira Pereira Lopes (Morros), na 1ª vara da comarca de Bacabal.

Acompanhada do desembargador Antonio Bayma, decano, e dos juízes José de Ribamar Castro e José Nilo, auxiliares da presidência do TJ, a desembargadora presidente parabenizou a todos e desejou boa sorte aos magistrados em suas novas jurisdições.

ILEGALIDADE

Greve de professores municipais completa 40 dias em São Luís

Os professores da rede municipal de ensino de São Luís completaram ontem 40 dias de greve. Os professores querem 20% de aumento e melhores condições de trabalho. A Prefeitura de São Luís apresentou uma contraproposta de 3% de aumento e obras de reparo em 50 escolas.

Na terça-feira (1º), os professores se reuniram na sede do Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (SindEducação) para deliberarem sobre a continuação da greve e também fazer avaliações a respeito do movimento. Para esta quinta-feira (3), está prevista uma mobilização em frente à sede da Prefeitura de São Luís, a partir das 15h. "A missão dos professores com a greve é unir forças para pedir o apoio de toda a sociedade para que continue apoiando o movimento grevista, pois essa luta é por uma causa justa que diz respeito aos professores, mas ao mesmo tempo ao conjunto da sociedade", afirmou a professora Elizabeth Castelo Branco, presidente do SindEducação.

Segundo o Ministério Público, a prefeitura já en-



Os professores se reuniram na sede do SindEducação

caminhou os dados solicitados que foram enviados para avaliação pela equipe técnica da Promotoria da Educação. A previsão é que uma nova reunião seja convocada na próxima terça-feira (8), quando os dados serão apresentados e uma nova rodada de negociações será iniciada entre os envolvidos. "Não podemos nos calar e dizer que vamos aceitar 3%. Seria fechar os olhos não apenas à questão do reajuste, mas para os problemas da educação do município", declarou a presidente do SindEducação.

ILEGALIDADE - Desde

3 de junho, a greve dos professores municipais foi considerada ilegal, em uma decisão do desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Na ocasião, ele determinou o fim do movimento, o retorno imediato às salas de aula, sendo que, em caso de descumprimento, a prefeitura poderia descontar os dias não trabalhados e proceder as anotações funcionais daqueles que continuarem no movimento. O município também foi autorizado a realizar a contratação temporária de professores para suprir a demanda no período que perdurar o movimento

grevista. O descumprimento da decisão acarreta multa diária de R\$ 10 mil.

O desembargador acautou uma ação da prefeitura, alegando que o movimento seria ilegal porque o serviço público essencial não pode ser interrompido, e também afirmando que requisitos legais de validade da greve, como ausência de publicação do edital de convocação da Assembleia em órgão da imprensa; ausência de aviso da greve à sociedade; fixação de percentual mínimo para atendimento dos serviços, entre outros, foram desrespeitados.

Prefeitura discute parceria para a Semana de Conciliação Itinerante

Representantes da Prefeitura de São Luís e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) debateram nesta semana parceria para a realização da Semana de Conciliação Itinerante promovida pelo judiciário maranhense. A disposição para o diálogo e o desenvolvimento de parcerias, com a iniciativa pública e privada, são marcas da administração do prefeito Edivaldo para melhoria da qualidade de vida da população.

O evento do TJMA tem como objetivo a resolução de casos de menor complexidade na esfera judiciária - como pedido de pensão, reconhecimento de paternidade, disputa por posse de bens e cobranças. Com a parceria com o município, a Prefeitura atuará na identificação e mobilização do público alvo do evento.

"Os moradores serão mobilizados por meio das entidades conveniadas com a Semcas [Secretaria da Criança e Assistência Social], do Conselho Tutelar da área Itaqui-Bacanga, dos três Centros de Referência de Assistência Social [Cras] e do Centro Especializado de Assistência Social [Creas] que atuam naquela região", esclareceu a titular da Semcas, Andréia Lauande.

Ela informou que durante o evento serão disponibilizadas informações sobre programas como Bolsa Família, "Minha Casa, Minha Vida" e inserção no Cadastro Único, serviços oferecidos pela Semcas. Segun-



Reunião definiu como será a parceria entre TJMA e Prefeitura para o evento

do Andréia Lauande, existe uma grande demanda na resolução de questões que envolvem a esfera judicial pelo público atendido pela Semcas, principalmente na área familiar.

"Nós identificamos essas demandas e encaminhamos à Justiça e com a itinerância a conciliação ocorrerá de imediato no local do evento. Essa iniciativa do Poder Judiciário possibilitará às pessoas o acesso à Justiça e o entendimento sobre os benefícios da conciliação", afirmou a secretária.

O coordenador do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, detalhou que serão disponibilizadas dez salas de conciliação para atendimento ao público.

Trabalharão no evento conciliadores dos Centros de Conciliação, do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, além de estudantes da UFMA.

Ele explicou que as empresas Banco do Nordeste (BNB), Caema, Cemar, Oi/Telemar, Seguradora Líder e TIM confirmaram a participação na Semana de Conciliação Itinerante para negociar com clientes que tenham ações na Justiça ou que desejam solucionar conflitos não judiciais. Os atendimentos são gratuitos e a população pode fazer o agendamento até sexta-feira (4) pelo Telejudiciário 0800-707-1581.

Participaram da reunião sobre a parceria entre o executivo municipal e o judiciário a secretária Andréia

Lauande, a coordenadora dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) da Semcas, Luziane dos Santos; o coordenador do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu; a coordenadora de Atividades Especiais da Presidência do TJMA, Ana Larissa Sena; e representantes da UFMA.

A Semana de Conciliação Itinerante será realizada de 21 a 25 de julho na Casa da Justiça, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Campus do Bacanga. O evento é direcionado para o atendimento de moradores dos 58 bairros da área Itaqui-Bacanga, onde vivem cerca de 250 mil pessoas.

TJ suspende eficácia de lei que permitia nepotismo

Divulgação

Lei possibilitava que cônjuge de prefeito e de vice-prefeito fosse nomeado

AÇAILÂNDIA - O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) deferiu medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pela procuradora-geral de Justiça, Regina Almeida Rocha, para suspender a eficácia da Lei nº 257/2006, que permitia a possibilidade de nepotismo no Executivo municipal de Açailândia.

A votação foi unânime, de acordo com o entendimento do relator, desembargador Jamil Gedeon, referendando decisão que já havia sido tomada pelo relator original, desembargador Raimundo Melo, que havia deferido a medida cautelar. Em razão da instalação do Órgão Especial e tendo em vista que Melo não o integra, os autos foram redistribuídos, cabendo a Gedeon a relatoria a partir de então.

Em seu voto, Jamil Gedeon en-



Jamil Gedeon diz que lei viabilizava nepotismo em Açailândia

tendeu que a lei viabilizava a prática de nepotismo ao possibilitar a nomeação de cônjuge do prefeito e do vice-prefeito do município para ocupar cargos comissionados da administração direta e indire-

ta. O relator referendou a decisão que deferiu o pedido cautelar, determinando a suspensão da eficácia da lei até o julgamento final da ação, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

Comitê cita ações para diminuir o déficit carcerário

Em reunião no Palácio dos Leões, Comitê Gestor de Ações Integradas definiu visita técnica ao novo Presídio São Luís III, que está em fase de conclusão. **Geral 7**

Comitê faz avaliação de ações e cita medidas para sanar déficit carcerário

Reunido ontem, o Comitê Gestor de Ações Integradas anunciou a realização de visita técnica ao novo Presídio São Luís, que vai receber presos procedentes de Pedrinhas

O Comitê Gestor de Ações Integradas esteve reunido ontem, no Palácio dos Leões, e confirmou a ocorrência de dois suicídios e de um homicídio com autores identificados, nesta semana, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (leia mais em Polícia C6). Na reunião, foi ressaltado que todos os casos de morte em presídios estão sendo apurados e os culpados responsabilizados. No encontro, também foram citadas medidas implantadas (veja quadro), como a reforma e ampliação de outros três presídios, que deverão diminuir o déficit carcerário no estado até o fim de 2014.

Estiveram presentes ao encontro a desembargadora Nelma Sarney, representando o Tribunal de Justiça (TJ); o promotor Cláudio Cabral, pelo Ministério Público Estadual; a procuradora-geral do Estado, Helena Haickel; os secretários de Estado, Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), Marcos Affonso Junior (Segurança Pública), Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania) e Carla Georgina (Comunicação Social), entre outras autoridades.

Durante a reunião, foram divulgadas ainda outras medidas tomadas após a primeira morte registrada esta semana e que ocorreu depois de 35 dias sem ocorrência de assassinatos dentro do Complexo de Pedrinhas. Os membros do Comitê definiram a reali-

Ações implantadas pelo Comitê

- Transferência de líderes de grupos criminosos
- Prorrogação da presença da Força Nacional de Segurança na capital
- Reforço na segurança das unidades com a Polícia Militar do Maranhão
- Nomeação de 101 novos agentes penitenciários aprovados em concurso público
- Implantação de um plano integrado de inteligência prisional e a construção de nove novas unidades prisionais
- Reforma e ampliação de outros três presídios
- Implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico
- Realização de mutirões carcerários; a capacitação e a qualificação dos agentes e servidores que atuam no Sistema Carcerário do Estado

zação de visita técnica (que deverá ocorrer até o fim da próxima semana) ao novo Presídio São Luís III, que está em fase de conclusão, para que seja feita a instalação de equipamentos e em seguida ser iniciada a transferência de presos de Pedrinhas.

Vagas - O Comitê ratificou que serão abertas, em todo o Maranhão, mais de 2.200 vagas com construções, reformas e ampliações de presídios. Além disso, entrará em funcionamento na Região Metropolitana, até meados de agosto, o Sistema de Monitoramento Eletrônico, que disponibilizará, de imediato, 600 tomozeleiras ao Poder Judiciário, fruto do convênio com o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A meta é ampliar esse quantitativo para 1.000 unidades.

Além destas medidas e da construção do Presídio São Luís III, estão sendo feitas unidades prisionais nos municípios de Coarátá, Timon, Imperatriz, Magalhães de Almeida, Pedreiras e São Luiz Gonzaga. Nessas obras, a Sejap está investindo recursos que ultrapassam R\$ 80 milhões, oriundos de crédito obtido pelo Governo do Estado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e de convênio com o Ministério da Justiça por meio do Departamento Penitenciário Nacional.

Somadas a essas construções, a Sejap já deu início à reforma e ampliação de outros três estabelecimentos prisionais, localizados nas cidades de Codó, Açailândia e Balsas, que abrirão juntos mais 318 vagas. No mês de maio, foi finalizada a reforma da Casa de Detenção, abrindo 500 vagas. Com

Mais

Criado pelo Governo do Estado, o Comitê Gestor órgão é integrado por representantes do Ministério da Justiça e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e trabalha o plano integrado de reestruturação do Sistema Penitenciário do Estado.

base no cronograma de ações do Comitê, deve ser entregue neste mês a nova sede do Grupo de Escola e Operações Penitenciárias.

O Comitê, durante a reunião, fez um balanço de outras medidas voltadas ao sistema carcerário em andamento, entre elas a transferência de líderes de grupos criminosos; a prorrogação da presença da Força Nacional de Segurança na capital; o reforço na segurança das unidades com a Polícia Militar do Maranhão; a nomeação de 101 agentes penitenciários aprovados em concurso público; a implantação de um plano integrado de inteligência prisional; a construção de nove novas unidades prisionais; a reforma e ampliação de outros três presídios; a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico; a realização de mutirões carcerários e a capacitação e a qualificação dos agentes e servidores que atuam no Sistema Carcerário do Estado.

Fotos/Geraldo Furtado



Reunido no Palácio dos Leões, o Comitê Gestor de Ações Integradas avaliou as medidas que estão sendo implantadas no sistema penitenciário

**TJMA cassa liminar
que devolvia
Hospital do Ipem
a servidores**

PÁGINA 3

TJMA cassa liminar que devolvia hospital a servidores

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, cassou nesta quarta-feira (2), a pedido do Governo do Estado, a liminar da juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, que havia suspenso, na semana passada, a cessão do Hospital Carlos Macieira (HCM) para a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e determinando a devolução à administração do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado

do Maranhão (FEPA) para ser destinado exclusivamente para os servidores públicos estaduais.

No recurso ao TJ, o Estado alegou que a cessão do HCM à SES é onerosa, o que “não pode ser confundido com ato de alienação de bem público”, que “não houve atos de transferência patrimonial” e que “os recursos do FUNBEN vinham se revelando insuficientes para a manutenção e para as diversas intervenções necessárias ao bom funcionamento” do

hospital.

Para desembargadora, a manutenção da liminar concedida no juízo de primeiro grau levaria risco ao atendimento amplo de saúde a toda a população, uma vez que restringiria o atendimento no Hospital Carlos Macieira a “apenas um grupo exclusivo de pessoas, em detrimento a prestação de serviços de toda uma rede pública”.

“No caso em análise, o que vejo é o risco de dano inverso, pois caso mantido o deferimento da liminar pelo

juízo de origem, estaria a população do Estado do Maranhão ameaçada do seu direito maior, qual seja, o direito à saúde, uma vez que o Hospital Carlos Macieira atenderia apenas um grupo exclusivo de pessoas, em detrimento a prestação de serviços de toda uma rede pública, repercutindo de forma negativa na prestação dos serviços de saúde do Estado, ferindo princípios constitucionalmente assegurados, como é o caso do direito à saúde”, despachou.

Estado tem 72 horas para atender notificação sobre fechamento do IML

PÁGINA 3

AGORA, SÓ NO SAL...

Já foi expedida à Procuradoria Geral do Estado a notificação sobre a interdição do Instituto Médico Legal (IML) e do Instituto de Criminalística (ICRIM) determinada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Estado tem 72 horas para atender notificação sobre fechamento do IML

A informação é do juiz da unidade, Clésio Coelho Cunha. A partir da notificação, começa a correr o prazo de 72 horas para que o Estado proceda às determinações constantes na decisão judicial. Segundo o juiz, cabe recurso da decisão.

Durante a interdição para construção/reforma dos prédios do IML e ICRIM (prazo de 120 dias) o Estado deve promover a mudança dos institutos para local mais adequado. A multa diária para o não cumprimento da determinação é de R\$ 50 mil. Ao Estado cabe ainda a indenização, por danos morais causados ao interesse difuso, decorrentes do abandono e descaso em relação aos órgãos, de R\$ 500 mil, a ser recolhido ao Fundo de Direitos Difusos.

Cadáveres expostos – A decisão judicial atendeu à Ação Civil Pública interposta em 2012 pelo Ministério Público do Estado contra o Estado do Maranhão em função das situações precárias constatadas nos locais. Entre as irregularidades apontadas pelo autor da ação, problemas na estrutura física dos prédios (desplacamento de pintura e



O Governo do Maranhão terá que construir um novo prédio para abrigar o IML.

argamassa, vazamentos contínuos em reservatório sanitário), falta de manutenção preventiva de limpeza nos diversos ambientes, em especial nos locais onde são realizados os exames cadavéricos.

Na ação, o MP destaca ainda relatório de vistoria elaborado pela Vigilância Sanitária Municipal nas instalações do ICRIM e IML. De acordo

com o documento, inexistente local para lavagem, equipamentos e substâncias para a descontaminação e esterilização dos instrumentos cirúrgicos utilizados no IML. Cadáveres e ossadas expostas, ausência de abrigos de resíduos, presença de insetos e roedores rodeando os corpos, ausência de equipamentos de proteção individual também são

ressaltados no relatório.

No relatório da vistoria no ICRIM, a Vigilância Sanitária cita a Central de Material de Esterilização em desacordo com a legislação específica, ausência de cronograma de limpeza de sanitários, fiação elétrica exposta, equipamentos enferrujados e desgastados para realização de exames.

IML

Notificação sobre interdição já foi expedida à Procuradoria

Já foi expedida à Procuradoria Geral do Estado a notificação sobre a interdição do Instituto Médico Legal (IML) e do Instituto de Criminalística (ICRIM) determinada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos. A informação é do juiz da unidade, Clésio Coelho Cunha. A partir da notificação, começa a correr o prazo de 72 horas para que o Estado proceda às determinações constantes na decisão judicial. Segundo o juiz, cabe recurso da decisão.

Durante a interdição para construção/reforma dos prédios do IML e ICRIM (prazo de 120 dias) o Estado deve promover a mudança dos institutos para local mais adequado. A multa diária para o não cumprimento da determinação é de R\$ 50 mil. Ao Estado cabe ainda a indenização, por danos morais causados ao interesse difuso, decorrentes do abandono e descaso em relação aos órgãos, de R\$ 500 mil, a ser recolhido ao Fun-

do de Direitos Difusos.

CADÁVERES EXPOSTOS
- A decisão judicial atendeu à Ação Civil Pública interposta em 2012 pelo Ministério Público do Estado contra o Estado do Maranhão em função das situações precárias constatadas nos locais. Entre as irregularidades apontadas pelo autor da ação, problemas na estrutura física dos prédios (deslocamento de pintura e argamassa, vazamentos contínuos em reservatório sanitário), falta de manutenção preventiva de limpeza nos diversos ambientes, em especial nos locais onde são realizados os exames cadavéricos.

Na ação, o MP destaca ainda relatório de vistoria elaborado pela Vigilância Sanitária Municipal nas instalações do ICRIM e IML. De acordo com o documento, inexistem locais para lavagem, equipamentos e substâncias para a descontaminação e esterilização dos instrumentos cirúrgicos utilizados no IML. Cadáveres e os-

sadas expostas, ausência de abrigos de resíduos, presença de insetos e roedores rodeando os corpos, ausência de equipamentos de proteção individual também são ressaltados no relatório.

No relatório da vistoria no ICRIM, a Vigilância Sanitária cita a Central de Material de Esterilização em desacordo com a legislação específica, ausência de cronograma de limpeza de sanitários, fiação elétrica exposta, equipamentos enferrujados e desgastados para realização de exames.

AMEAÇA AO DIREITO
- Em suas fundamentações, o juiz ressalta que o Estado do Maranhão não contestou os fatos citados na ação do MP, "além de ter requerido apenas de forma genérica a produção de provas". Ainda segundo o magistrado, o réu "alicerça sua defesa na ideia de que a procedência da demanda violaria o princípio constitucional da separação de poderes, pois, no seu entender, compete somen-

te ao Poder Executivo verificar a conveniência e oportunidade de realização de políticas públicas, de maneira que o Judiciário não poderia imiscuir-se na esfera de suas decisões.

Para o juiz, "o princípio não é absoluto, vez que admite temperamentos ao ser confrontado com os demais princípios da ordem constitucional". E continua: "faz-se necessário trazer à baila a garantia fundamental prevista no artigo 5º, XXXV, segundo o qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito".

"Não se justifica o alheamento do Poder Judiciário à questão posta em julgamento ao argumento de que compete exclusivamente ao chefe do Executivo a iniciativa de leis que dispõem sobre orçamento, notadamente em função da excepcionalidade da situação narrada autorizar o julgador determinar a realização de políticas públicas em afronta ao princípio da separação de poderes".

JUDICIÁRIO

Prefeitura discute parceria para a Semana de Conciliação Itinerante

Representantes da Prefeitura de São Luís e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) debateram nesta semana parceria para a realização da Semana de Conciliação Itinerante promovida pelo judiciário maranhense. A disposição para o diálogo e o desenvolvimento de parcerias, com a iniciativa pública e privada, são marcas da adminis-

tração do prefeito Edivaldo para melhoria da qualidade de vida da população.

O evento do TJMA tem como objetivo a resolução de casos de menor complexidade na esfera judiciária - como pedido de pensão, reconhecimento de paternidade, disputa por posse de bens e cobranças. Com a parceria com o município, a Prefeitura atuará na

identificação e mobilização do público alvo do evento.

"Os moradores serão mobilizados por meio das entidades conveniadas com a Semcas [Secretaria da Criança e Assistência Social], do Conselho Tutelar da área Itaqui-Bacanga, dos três Centros de Referência de Assistência Social [Cras] e do Centro Especializado de Assistência

Social [Creas] que atuam naquela região", esclareceu a titular da Semcas, Andréia Lauande.

INFORMAÇÕES-Ela informou que durante o evento serão disponibilizadas informações sobre programas como Bolsa Família, "Minha Casa, Minha Vida" e inserção no Cadastro Único, serviços oferecidos pela Semcas.

Golpe no nepotismo

A lei municipal de Açailândia que permitia a prática do nepotismo, já banida no país por ser imoral e antidemocrática, foi derrubada pelo desembargador Jamil Gedeon Neto, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Ele deferiu medida cautela, proposta pela procuradora-geral de Justiça, Regina Almeida Rocha, contra a leizinha fajuta.

PEDRINHAS

Solução é pedir ajuda ao CDH internacional, diz promotor

ARLEYSSON RODRIGO

A crise no Sistema Penitenciário de Pedrinhas continua sem trégua desde a rebelião que aconteceu no mês de outubro do ano passado, que resultou em dezenas de mortos e feridos. Mesmo nos meses que não tiveram ocorrências de suicídio ou homicídios em Pedrinhas, como os dias de maio deste ano, houve problemas que nunca foram solucionados como superlotação, insalubridade, maus-tratos, falta de educação e emprego aos detentos.

Apesar da continuação da violência no Estado, os autores, nas quais estão as quadrilhas organizadas, a própria reação espontânea ou organizada da população frente a uma realidade social, econômica e política insustentável, o Conselho de Direitos Humanos do Estado acredita que há uma solução para o sistema carcerário de Pedrinhas. Tendo em vista a superlotação, principalmente de jovens negros, pobres, analfabetos e muitas vezes sem documentos.

"Muitos encarcerados são simplesmente "esquecidos" pela Justiça, que se mostra rápida para expulsá-los de lugares onde tentam viver, mas que prefere deixá-los amontoados em condições medievais e torturantes. Onde estão as escolas de qualidade para dar à juventude perspectivas de um futuro promissor? Onde estão as oportunidades de trabalho? Lembremos que o direito a trabalho é garantido no artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos," disse Alberto Pessoa Bastos, vice-presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Ainda segundo Alberto Bas-

tos, caso os problemas não sejam resolvidos, a outra solução, será pedir ajuda ao Conselho de Direitos Humanos Internacional. "Nos estamos com esse argumento de pedir melhorias ao sistema carcerário desde 2011, mas até agora nem tudo foi solucionado, e se não resolvido, teremos que tomar as decisões mais drásticas e chegar a pedir ajuda ao conselho internacional de direitos Humanos" concluiu o promotor Alberto Bastos.

No ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fez uma cobrança junto às autoridades do Maranhão por soluções para o sistema carcerário do estado, onde já se tornou palco de rebeliões, mortes de presos, violência sexual contra visitantes e denúncias de abuso de autoridade, como tortura. Essa proposta constou no relatório que o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Douglas de Melo Martins encaminhou, no dia 27 de dezembro, ao ex-ministro Joaquim Barbosa, quando era presidente do Conselho e do Supremo Tribunal Federal (STF).

No relatório, consta que, pelo menos 60 presos morreram no complexo prisional em 2013, e a principal causa da violência é a disputa de poder entre presos oriundos do interior e os da capital, divididos em facções, ainda ressalta a urgência ao governo do Maranhão construir unidades prisionais no interior do estado, como forma de separar as facções hoje em disputa na capital.

Segundo o secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, as obras dos presídios

no Maranhão continuam para melhorar o sistema carcerário.

"Estamos implantado vários programas para melhorias no sistema prisional do estado, principalmente em parceria com as polícias. Nós estamos em um processo de médio e longo prazo, ainda neste mês, iremos entregar o presídio de Coroatá e o São Luís III, tudo isso para abrir novas vagas e melhorar o sistema" disse Sebastião Uchôa.

Ainda segundo o secretário, a capacidade para abrigar detentos no presídio da cidade de Coroatá será de 225 vagas e do presídio São Luís III será de 475 vagas.

Mortes

Três mortes foram registradas em três dias, em Pedrinhas. Entre a última segunda e terça-feira, agentes penitenciários encontraram dois presos mortos.

O primeiro corpo a ser encontrado foi de um detento que teria se matado por enforcamento usando a própria calça.

Na terça-feira, um segundo detento foi encontrado morto no bloco D da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) da penitenciária. Identificado como Jhonatan da Silva Luz, conhecido como "Jocozinho".

No mesmo dia, o corpo de um terceiro preso foi encontrado. Trata-se de Jarlyson Belfort Cutrim, achado com sinais de enforcamento em uma das celas do Centro de Triagem da penitenciária.

Em nota, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) disse que o

corpo foi descoberto após o período de visitas, encerrado por volta das 11 horas.

O motivo das duas últimas mortes ainda é desconhecido, mas as investigações não descartam a possibilidade de que eles sejam as vítimas mais recentes de uma briga entre facções criminosas.

JUDICIÁRIO

Semana de Conciliação é discutida

Representantes da Prefeitura de São Luís e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) debateram nesta semana parceria para a realização da Semana de Conciliação Itinerante promovida pelo Judiciário maranhense. A disposição para o diálogo e o desenvolvimento de parcerias, com a iniciativa pública e privada, são marcas da administração do prefeito Edivaldo para melhoria da qualidade de vida da população.

O evento do TJMA tem como

objetivo a resolução de casos de menor complexidade na esfera judiciária – como pedido de pensão, reconhecimento de paternidade, disputa por posse de bens e cobranças. Com a parceria com o município, a Prefeitura atuará na identificação e mobilização do público alvo do evento.

“Os moradores serão mobilizados por meio das entidades conveniadas com a Semcas [Secretaria da Criança e Assistência Social], do Conselho Tutelar

da área Itaqui-Bacanga, dos três Centros de Referência de Assistência Social [Cras] e do Centro Especializado de Assistência Social [Creas] que atuam naquela região”, esclareceu a titular da Semcas, Andréia Lauande.

Ela informou que durante o evento serão disponibilizadas informações sobre programas como Bolsa Família, “Minha Casa, Minha Vida” e inserção no Cadastro Único, serviços oferecidos pela Semcas. Segundo Andréia Lauande, existe uma

grande demanda na resolução de questões que envolvem a esfera judicial pelo público atendido pela Semcas, principalmente na área familiar.

“Nós identificamos essas demandas e encaminhamos à Justiça e com a itinerância a conciliação ocorrerá de imediato no local do evento. Essa iniciativa do Poder Judiciário possibilitará às pessoas o acesso à Justiça e o entendimento sobre os benefícios da conciliação”, afirmou a secretária.

TJMA está entre os tribunais em dia com cumprimento de metas nacionais

O Tribunal de Justiça do Maranhão é um dos 41 tribunais brasileiros em dia com o lançamento de dados no Sistema de Metas Nacionais do Poder Judiciário em 2014. As informações foram divulgadas pelo Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no site do órgão.

De acordo com o informado, apenas 45% dos 91 tribunais do país estão dentro do prazo de lançamento de dados sobre o cumpri-

mento das seis metas escolhidas durante o 7º Encontro Nacional do Judiciário, em novembro do ano passado, em Belém.

O primeiro relatório parcial do cumprimento das metas será divulgado pelo CNJ agora em julho, com números relativos ao primeiro quadrimestre do ano. Os dados devem ser lançados mensalmente pelos tribunais no Sistema, do 1º ao 18º dia útil do mês seguinte ao do cumprimento.

Dos 41 tribunais que têm

cumprido os prazos estipulados pelo Conselho, há nove estaduais, dentre eles o do Maranhão, outros nove tribunais regionais do trabalho, 18 regionais eleitorais e três tribunais da Justiça Militar, além do Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

As metas nacionais de 2014 têm em comum a busca pela oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática, além de objetivos específicos.

Sem comunicação

Desde segunda-feira, a comarca de Presidente Dutra tem os serviços prejudicados em função de problemas com a telefonia e o acesso à internet na unidade. Segundo o titular da 2ª vara e diretor do fórum da comarca, juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo, em função dos problemas todos os serviços judiciais estão prejudicados.

De acordo com Ferdinando, um caminhão que trafegava na área teria quebrado alguns fios, o que teria causado o problema. O diretor informa ainda que a diretoria da Corregedoria Geral da Justiça já foi certificada da situação.

Comarca de entrância intermediária, Presidente Dutra fica a 355 km da capital, tem como termos Joselândia e São José dos Basílios e possui duas varas. Na 2ª vara, a titular é a juíza Gláucia Helen Maia.

Notificação sobre interdição do IML já foi expedida à Procuradoria

Já foi expedida à Procuradoria Geral do Estado a notificação sobre a interdição do Instituto Médico Legal (IML) e do Instituto de Criminalística (Icrim) determinada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos. A informação é do juiz da unidade, Clésio Coelho Cunha. A partir da notificação, começa a correr o prazo de 72 horas para que o Estado proceda às determinações constantes na decisão judicial. Segundo o juiz, cabe recurso da decisão.

Durante a interdição para

construção/reforma dos prédios do IML e Icrim (prazo de 120 dias) o Estado deve promover a mudança dos institutos para local mais adequado. A multa diária para o não cumprimento da determinação é de R\$ 50 mil. Ao Estado cabe ainda a indenização, por danos morais causados ao interesse difuso, decorrentes do abandono e descaso em relação aos órgãos, de R\$ 500 mil, a ser recolhido ao Fundo de Direitos Difusos.

CADÁVERES EXPOSTOS – A decisão judicial atendeu à Ação

Civil Pública interposta em 2012 pelo Ministério Público do Estado contra o Estado do Maranhão em função das situações precárias constatadas nos locais. Entre as irregularidades apontadas pelo autor da ação, problemas na estrutura física dos prédios (desplacamento de pintura e argamassa, vazamentos contínuos em reservatório sanitário), falta de manutenção preventiva de limpeza nos diversos ambientes, em especial nos locais onde são realizados os exames cadavéricos.

- Encerra às 13h o expediente na Corregedoria Geral da Justiça nesta sexta-feira, 04, quando a seleção brasileira volta a campo. O horário de encerramento vale para todas as unidades do Poder Judiciário do Maranhão.

Presidente do TJMA empossa juízes promovidos

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, deu posse a quatro juízes de direito promovidos na sessão administrativa desta quarta-feira (2).

Promovidos por merecimento, tomaram posse os juízes Frederico Feitosa de Oliveira (Arari), na 2ª vara da comarca de Estreito e

Duarte Henrique Ribeiro de Souza (Matinha) – representado pelo juiz auxiliar da presidência José Nilo Ribeiro Filho –, na 1ª vara da comarca de Buriticupu.

Promovidos por antiguidade, tomaram posse os juízes Rômulo Lago e Cruz (Esperantinópolis), na 1ª vara da comarca de Maraçumé e Vanessa Ferreira Pereira Lopes

(Morros), na 1ª vara da comarca de Bacabal.

Acompanhada do desembargador Antonio Bayma, decano, e dos juízes José de Ribamar Castro e José Nilo, auxiliares da presidência do TJ, a desembargadora presidente parabenizou a todos e desejou boa sorte aos magistrados em suas novas jurisdições.

DIVULGAÇÃO



Cleonice, Bayma, Ribamar Castro e José Nilo com os juízes promovidos

Comitê Gestor de Ações Integradas se reúne e confirma morte em Pedrinhas

ANTÔNIO MARTINS

O Comitê Gestor de Ações Integradas se reuniu, ontem (2), no Palácio dos Leões, e confirmou a ocorrência de dois suicídios e de um homicídio com autores identificados, nesta semana, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Na reunião, foi ressaltado que todos os casos de morte em presídios estão sendo apurados e os culpados responsabilizados.

A reunião que todos os integrantes do Comitê compartilharam as medidas tomadas por cada órgão imediatamente após a primeira morte registrada esta semana e que ocorreu depois de 35 dias sem ocorrência de assassinatos dentro do Complexo de Pedrinhas.

Os membros do Comitê definiram a data da visita técnica ao novo Presídio São Luís (III), que está em fase de conclusão, para que seja feita a instalação de equipamentos e em seguida ser iniciada a transferência de presos de Pedrinhas.

O Comitê também fez um balanço das ações já realizadas e em andamento. Entre elas:

- 1) A transferência de líderes de grupos criminosos;
- 2) A prorrogação da presença da Força Nacional de Segurança na capital;
- 3) O reforço na segurança das unidades com a Polícia Militar do Maranhão;
- 4) A nomeação de 101 novos agentes penitenciários aprovados em concurso público;
- 5) A implantação de um plano integrado de inteligência prisional; a construção de nove novas unidades prisionais;
- 6) A reforma e ampliação de outros três presídios;
- 7) A implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico;
- 8) A realização de mutirões carcerários; a capacitação e a



INTEGRANTES DO COMITÊ de Gestão Integrada reunidos no Palácio dos Leões

qualificação dos agentes e servidores que atuam no Sistema Carcerário do Estado.

Os membros do Comitê também destacaram que, de acordo com relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Maranhão é um dos estados com menor déficit carcerário do Brasil, e que deve ser sanado até o final deste ano com os investimentos realizados.

Serão abertas, em todo o Maranhão, mais de 2.200 novas vagas com construções, reformas e ampliações de presídios. Além disso, entrará em funcionamento na Região Metropolitana, até meados de agosto, o Sistema de Monitoramento Eletrônico, que disponibilizará, de imediato, 600 tornozeleiras ao Poder Judiciário, fruto do convênio com o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A meta é ampliar esse quantitativo para 1.000 unidades.

Estão sendo construídas unidades prisionais na capital

(Presídio São Luís III) e nos municípios de Coroatá, Timon, Imperatriz, Magalhães de Almeida, Pedreiras, e São Luiz Gonzaga. Nessas obras, a Sejap está investindo recursos que ultrapassam R\$ 80 milhões, oriundos de crédito obtido pelo Governo do Estado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de convênio com o Ministério da Justiça por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Além das construções, a Sejap já deu início à reforma e ampliação de outros três estabelecimentos prisionais, localizados nas cidades de Codó, Açailândia e Balsas, que abrirão, juntos, mais 318 vagas. No mês de maio, foi finalizada a reforma da Casa de Detenção, abrindo 500 vagas.

De acordo com o Comitê, ainda dentro do cronograma de ações, deve ser entregue neste mês a nova sede do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop). Recentemente, o

Sistema recebeu mais 6 novos carros-celas que estão sendo empregados nos trabalhos de locomoção de presos às audiências judiciais e transferências entre as unidades prisionais.

Criado pelo Governo do Estado, o Comitê Gestor órgão é integrado por representantes do Ministério da Justiça e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e trabalha o plano integrado de reestruturação do Sistema Penitenciário do Estado.

Presentes ao encontro, a desembargadora Nelma Sarney, representando o Tribunal de Justiça (TJ); o promotor Cláudio Cabral, pelo Ministério Público Estadual; a procuradora geral do Estado, Helena Haickel; os secretários de Estado, Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), Marcos Affonso Junior (Segurança Pública), Luíza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania) e Carla Georgina (Comunicação Social), entre outras autoridades.

Prefeitura discute parceria para a Semana de Conciliação Itinerante

Representantes da Prefeitura de São Luís e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) debateram nesta semana parceria para a realização da Semana de Conciliação Itinerante promovida pelo judiciário maranhense. A disposição para o diálogo e o desenvolvimento de parcerias, com a iniciativa pública e privada, são marcas da administração do prefeito Edivaldo para melhoria da qualidade de vida da população.

O evento do TJMA tem como objetivo a resolução de casos de menor complexidade na esfera judiciária – como pedido de pensão, reconhecimento de paternidade, disputa por posse de bens e cobranças. Com a parceria com o município, a Prefeitura atuará na identificação e mobilização do público alvo do evento.

“Os moradores serão mobilizados por meio das entidades conveniadas com a Semcas [Secretaria da Criança e Assistência Social], do Conselho Tutelar

da área Itaqui-Bacanga, dos três Centros de Referência de Assistência Social [Cras] e do Centro Especializado de Assistência Social [Creas] que atuam naquela região”, esclareceu a titular da Semcas, Andréia Lauande.

Ela informou que durante o evento serão disponibilizadas informações sobre programas como Bolsa Família, “Minha Casa, Minha Vida” e inserção no Cadastro Único, serviços oferecidos pela Semcas. Segundo Andréia Lauande, existe uma grande demanda na resolução de questões que envolvem a esfera judicial pelo público atendido pela Semcas, principalmente na área familiar.

“Nós identificamos essas demandas e encaminhamos à Justiça e com a itinerância a conciliação ocorrerá de imediato no local do evento. Essa iniciativa do Poder Judiciário possibilitará às pessoas o acesso à Justiça e o entendimento sobre os benefícios da conciliação”, afirmou a secretária.

ESTREITO

Assassino de policial militar é condenado a 20 anos de prisão

Em sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Estreito, realizada no dia 27, o réu Wlisses Costa Rosa foi condenado a 20 anos de prisão por homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima), pelo assassinato do policial militar José Luís Rodrigues de Miranda, o “Cabo Rodrigues”.

Defendeu a tese do Ministério Público do Maranhão (MPMA) o promotor de Justiça Carlos Róstão Martins Freitas. Proferiu a sentença o juiz Gilmar de Jesus Everton Vale. Advou-

gou em defesa do réu o advogado Analdiney Brito Noleto.

Wlisses Rosa matou o policial com um tiro na cabeça, no dia 29 de fevereiro de 2008, por volta das 14h, na avenida Beira-Rio, no bairro Alto Bonito, no município de Estreito (a 750km da capital). Na época, o Cabo Rodrigues tinha 43 anos. Um dos filhos da vítima, à época com 17 anos, presenciou o assassinato do pai.

No momento, o réu cumpre pena em São Paulo, também por homicídio duplamente qualificado. Ele veio a Estreito especialmente para a sessão do júri. Antes, o condenado já tinha sido preso em Minas Gerais, durante uma abordagem da Polícia Rodoviária Federal, na Comarca de Três Corações, pelo uso de documentos falsos. (Ascom / MPMA)

Suspensão de descontos

O deputado Rubens Pereira Júnior destacou, ontem, na Assembleia Legislativa, a suspensão dos descontos da contribuição para o Funden nos contracheques dos servidores públicos estaduais. Na decisão antecipada proferida pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Carlos Veloso, foi declarada a inconstitucionalidade da obrigação do desconto de 3% dos vencimentos dos servidores públicos. Desta forma, a contribuição passa a ser facultativa. Quem não quiser, não é obrigado a contribuir de forma alguma. O juiz reconheceu a inconstitucionalidade da obrigatoriedade desta contribuição.

No despacho, além de condenar o Estado do Maranhão a sustar os descontos, o juiz determinou que seja feita a devolução dos valores que foram indevidamente descontados do período da ação judicial.

Além disso, ficou declarado que os servidores têm direito ao pleno acesso ao Hospital Carlos Macieira, caso precisem, podendo utilizar todos os serviços oferecidos por esse hospital, independente de adesão ou pagamento do Funben.